

Por uma visão psicossocial da autoestima de negros e negras

Toward a psychosocial understanding of black people self-esteem

Por Ana Luiza Julio

Doutoranda em Psicologia (PUC-RS)

Mestra em Educação

Psicóloga e Psicoterapeuta

a-julio@hotmail.com

Resumo:

Este artigo trata da possibilidade de que a autoestima de pessoas negras possa ser construída a partir da consciência crítica acerca do que significa ser negro ou negra em um país pautado não na diversidade racial, mas na supremacia dos valores brancos, tendo na figura de pessoas brancas, o modelo universal de ser humano. Para que a autoestima das pessoas negras possa então ser construída, ainda que na contramão do poder hegemônico, faz-se necessário que essas pessoas possam ter consciência de seu pertencimento racial, através do reconhecimento do que tem sido a história dos negros no Brasil, assim como de sua ancestralidade africana. É a partir dessa consciência crítica que essas pessoas poderão se conhecer melhor e, assim sendo, se autovalorizar e autoestimar.

Palavras-chave:

Autoestima. Negritude. Pertencimento racial. Identidade racial.

A primeira questão que precisa ser feita é: quem não se conhece consegue gostar de si mesmo? É certo que a autoestima pressupõe não apenas um gostar de sua própria pessoa como, para que isso ocorra efetivamente, é necessário o autoconhecimento. Quanto mais uma pessoa possa se autoconhecer, reconhecendo-se enquanto indivíduo, assim como um sujeito em contínua relação com outros sujeitos, maiores serão as possibilidades de que possa superar suas limitações e ampliar suas possibilidades e, em assim sendo, transformar-se e melhorar-se como sujeito nas contínuas aprendizagens a que o cotidiano nos lança.

Abstract:

This paper approaches the possibility of black people self-esteem being built from the critical conscience on what means to be a black man or black woman in a country ruled not by the racial diversity, but by the supremacy of white values; which have the universal pattern of human being grounded in the figure of white people. In order to build the black people self-esteem, even though on the wrong way of the hegemonic power, it is necessary that the black people can be conscious of their racial belonging through the recognition of what has been the history of the black people in Brazil, as well as of their African ancestry. It is since a critical conscience that these people will be able to know each other better and, in that way, to self-value and self-estimate.

Keywords:

Self-esteem. Blackness. Racial belonging. Racial identity.

Portanto, falar em autoestima em nível psicossocial é pressupor que nenhum sujeito está pronto: somos, assim, sujeitos sempre em construção de nós mesmos, quer tenhamos consciência disso ou não. Nesse sentido, a autoestima que pretendemos aqui apontar é uma construção social, na qual cada sujeito vai podendo construir-se, na medida em que se relaciona com os outros. Como consequência dessa relação, ocorre a autoapreciação, a autovalorização, a valorização de sua origem racial e, por fim, e conseqüentemente a autoestima.

Claro que, no âmbito social, em um país pautado em relações democráticas, as relações

raciais estão postas, e pessoas de diferentes raças estão em relação umas com as outras, sem separação. Assim é o ditame democrático.

Aqui pretendemos anunciar como se dá a autoestima do povo negro brasileiro, considerando de antemão que a autoestima é também algo que se aprende. Ao valorizarmos os atributos de um povo, ao considerarmos e respeitarmos as qualidades de sua cultura, assim como também seus direitos de expressão e, enfim, a manifestação do sujeito e de seu coletivo, sempre que houver liberdade diante disso, o ambiente torna-se propício para que o sentimento de autoestima se manifeste.

Então, é preciso quase que seja dito que foram os negros e as negras nossos ancestrais, que se autoestimaram o suficiente, a ponto de se tornarem nossa referência, no que se trata, em primeira instância, ao que aqui chamamos de resistência como consequência da construção da autoimagem. Em outras palavras, aqueles negros e aquelas negras que, no passado, se amaram o suficiente para resistir ao embate político, funcionam, ao longo da nossa história afrobrasileira, como ponto de referência, como “nosso” modelo. Ao olharmos a esse passado, ver suas resistências e entender a bravura de seus atos, nós percebemos não apenas a luta em si mesma, como todos os valores que a circunvizinham, qual seja a beleza de terem valorizado sua origem, além da própria força de resistir contra todo um momento tradicional que valorizou o trabalho escravo assim como a estética e o estilo branco de ser humano. Lutar contra todo aquele universo de então é uma manifestação de resistência como poucas, na história da humanidade. Nascimento corrobora com essa ideia afirmando que: “A identidade de resistência, talvez o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade, é criada por atores pertencentes a grupos desvalorizados ou estigmatizados pela lógica da dominação. Construindo trincheiras de resistência a partir de valores distintos ou mesmo opostos aos que permeiam as constituições da sociedade, formam comunas ou comunidades”.¹

No caso afrobrasileiro, pode-se afirmar que a luta de Zumbi, como representante de um povo, forjou, entre tantas outras manifestações, o que hoje se considera o coletivo negro, iniciado pela construção de quilombos e por todo o movimento de resistência ali preconizado. Então, esse é o legado de um povo negro brasileiro, que permanece lutando, para resgatar a si próprio, enquanto uma coletividade; e se amando e ensinando aos filhos e às filhas a cruzar esse caminho, pautado no autorespeito e na autovalorização dos atributos negros, como condição de superação das violências dirigidas para a sua raça, ao seu povo e, consequentemente, de forma por vezes indireta, outras de forma mais direta, ao seu próprio corpo.

Esses homens e mulheres que resistiram à opressão, fugindo da escravidão e formando movimentos de resistência, são nossos maiores exemplos de capacidade em valorizar a si próprio, ao seu povo e, em consequência, à própria humanidade. A liberdade é um dos maiores valores humanos e como disse Cecília Meireles em “Romanceiro da Inconfidência”: “Liberdade esta palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique, nem quem não entenda”. Essa liberdade foi alimentada também pelos escravos e que, nessa dimensão poética de Meireles, mais do que em qualquer tratado de antropologia ou mesmo de biologia, pôs o coletivo negro incondicionalmente na condição de humano, condição essa que muitos dos escravocratas quiseram negar.

Pelas razões expostas e por outras que não nos cabe apontar aqui, Zumbi é o grande líder libertário negro. É um herói negro brasileiro, exemplo de resistência e de superação, o que mais tarde, em 2009, pode ser traduzido pelo primeiro Presidente Negro Americano, Obama, através palavras “Sim, nós podemos”.

Hoje nosso triunfo tem sido “sim, nós podemos”: podemos nos amar, nos valorizar, crescer profissionalmente, criar as mesmas ou iguais estruturas a que pessoas de outras raças têm acesso. Sim, nós também podemos e queremos parte do patrimônio material e imaterial da humanidade, não como privilégio, mas como um

¹ NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio da cor-identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2003. p. 40.

direito genuíno do povo negro, que também construiu parte desse patrimônio.

Como diz Nascimento “a afirmação de identidades específicas vem demarcando espaços de resistência”.² Assim é que percebemos as questões referentes à autoestima. Essas questões estão intimamente ligadas à questão identitária também neste âmbito social, posto que a completude de uma identidade se dê necessariamente pela possibilidade de uma pessoa desenvolver-se plenamente. Isso, sem dúvidas, está relacionado ao seu potencial educacional, de trabalho, de lazer, assim como de cultura.

Por outro lado, não há como negar a existência de impeditivos sociais para que esse determinado grupo, etnicamente definido, alcance certos patamares sociais, significando que esse(s) indivíduo(s) se encontram ceifados em suas possibilidades. Como é possível, então, a essas pessoas se amarem, se respeitarem e se valorizarem, quando se encontram diante desses impeditivos, senão pela via da luta social em busca do que lhe é seu, por direito social, jurídico e também na ordem do direito humano?

Ainda segundo Nascimento, “O desenvolvimento da autoestima e a elaboração de identidades positivas por parte de indivíduos discriminados”,³ contribui para a criação de espaços de efetiva cidadania. Identidade, de acordo com a autora, é algo que ocorre tanto no “âmago do indivíduo” quanto no “núcleo central da sua cultura coletiva”. Por isso é possível falarmos num processo de autoestima, que se dê, no indivíduo, como consequência de fatos que se deem também no coletivo, no que chamamos de identidade racial. Relembremos aqui o conceito de rede, no qual cada acontecimento reverbera em cada uma das amarras, dos “nós” que compõe tal rede.

Weigl é enfático nessa formulação quando questiona a rede da seguinte forma:

No jogo retórico, concebido para inspirar os leitores a pensar em termos de ‘conessione’: se uma borboleta bate as asas em Tóquio, isso afeta o clima em Nova Iorque? Os teóricos

contemporâneos dos sistemas tendem a responder a essa pergunta clássica com um entusiástico ‘Sim!’. Há cinco séculos Leonardo Da Vinci, o primeiro a pensar em termos de sistemas, observou: a Terra sofre um deslocamento quando um pequeno pássaro nela pousa.⁴

Comparando tais afirmações dentro do que se concebe como sistêmico, podemos entender também por essa via que, o que acontece com uma raça, vibra também em cada sujeito dela pertencente. Numa instância maior, vibra, em verdade, em todos os seres vivos. Assim é que, por exemplo, a violência para com as mulheres pode ser “contra”, momentaneamente, a uma mulher específica, mas ela atinge, inequivocamente, a todas as mulheres, posto que o agressor, ainda que seja um homem, especificamente, seja, naquele momento, o representante de toda a concepção machista que o patriarcado se utiliza para dominar as mulheres. Neste mesmo sentido é que entendemos a dimensão da identidade racial. Através dela, aquilo que se passa com um “representante” racial atinge a todos os membros integrantes dessa raça.

A partir desse conceito de conexão que liga a todos os seres vivos, isso não significa dizer que, se um grupo vive em condições favoráveis, essas mesmas condições refletem boas condições a toda a humanidade, ou o total de um povo específico. Em verdade assim é que deveria ser, se não fossem os impedimentos que ocorrem justamente pelos que negam a igualdade entre todos os seres humanos. Há que lembrarmos o peso da dor. Sem nos atermos muito nessas questões, apenas para esclarecimentos, lembraremos aqui que a alegria e a felicidade tendem a ter atributos de leveza, enquanto que dor e tristeza tendem ao peso. Ao olharmos a palavra “depressão”, percebemos que nela implica “pressão” para baixo, ou seja, é algo que pesa e prende o sentimento, no sentido contrário da felicidade que flui. Ora, a escravidão negra e o holocausto judeu foram dois momentos da humanidade em que o peso da depressão se fez presente. A força de resistência, a luta contrária

⁴ WEIGL, W. F. D. Leonardo em Revista. *Revista Bons Fluidos*, Centro Educacional Leonardo da Vinci, Ano IV, n. 6, fev.-ago. 2002. p. 13.

² NASCIMENTO, 2003, p. 29.

³ NASCIMENTO, 2003, p. 28.

tende a ser muito maior, para que seja possível fugir das garras opressivas. Nesse tempo, portanto, negros e judeus sofreram na pele, em suas vidas, mas, inexoravelmente, toda a humanidade ficou, por essas razões, estagnada. Esse é o sentido da relação sistêmica. Não é possível, quando muitos sofrem, que alguns poucos possam, simplesmente, deleitar-se.

No caso do Brasil, há de considerarmos que mais da metade da população brasileira sendo parda e negra são classificados na categoria negra. Portanto, esse grupo, que tem sido alijado de melhores condições sócio-econômicas e que tem vivido em condições precárias, tem passado por muitas experiências que se pode traduzir por baixa qualidade de vida. Segundo Oliven,

Estudos realizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgado em novembro de 2005, ao comparar 173 países em relação ao IDH-M (índice de desenvolvimento humano médio), coloca o Brasil em 73º lugar, bem mais abaixo que a Argentina, em 34º colocada. Se compararmos dois grupos de brasileiros, os brancos de um lado e os negros e pardos de outro, poderemos observar melhor o grau de desigualdade racial no Brasil. Enquanto a média do IDH da população branca colocaria o país em 44º lugar em relação à média dos demais países comparados, a mesma média para a população negra brasileira nos colocaria em 105º lugar. Dados do IBGE nos mostram ainda, que entre 10 a 59 anos de idade a taxa de mortos vítimas de homicídios na população é sempre maior entre a população negra e parda do que entre a branca.⁵

Pode-se observar a partir desses dados que a população negra vive em condições inadequadas, sendo esse o fato a reverberar. A situação das péssimas condições de vida propiciada ao grande número de pessoas negras, que vivem em parcas condições sociais, são marcadas pela desigualdade racial, criando assim, sofrimento para essa parcela populacional.

⁵ OLIVEN, A.C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Revista Educação*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 30, n.1, 2007. p.4.

Também é nesse mesmo sentido que podemos equiparar as mulheres, aos negros(as), assim como aos homoafetivos, uma vez que são grupos anti-hegemônicos, e, que constroem suas identidades na ruptura do poder. Como afirma Nascimento, “À medida que a questão da identidade adquire cada vez mais destaque, sendo alcançada à condição de paradigma da psicologia social, a abordagem forjada no contexto da América Latina parece caracterizar-se eminentemente pela ênfase nesse aspecto da ação social rumo à transformação, expressa na proposta de um paradigma da construção e transformação crítica”. E, segue a autora dizendo que esse sentido crítico “torna a identidade o eixo central dos paradigmas; implica um posicionamento crítico diante dos modelos de ser humano e de sociedade que a fundamentam, bem como dos modos científicos que adota”.⁶ Portanto, a crítica necessária a ser feita é ao modelo branco enquanto modelo universal da sociedade brasileira; essa sociedade, marcada pela presença massiva de negros, assim como também por asiáticos e indígenas.

Uma sociedade que se diga democrática racialmente, antirracista, não-preconceituosa, no mínimo, teria que se preocupar em dar acesso legítimo a todos seus cidadãos, para que esses obtivessem educação, saúde, moradia, água encanada, trabalho digno e, enfim, as condições mínimas para uma vida adequada. Se isso não ocorre, está deflagrada a situação de discriminação. De acordo com Nascimento, “O supremacismo branco se sustenta por meio de uma trama mais ampla de representações que envolvem em si, o legado das noções biológicas de raça. Esse legado mantém seu impacto, de forma inconsciente, mesmo após a desmoralização do racismo biológico como conceito científico”.⁷

Essa mesma autora, comprovando a perversidade com que o racismo age na intenção de desconstruir a humanidade do povo negro, afirma que o combate ao racismo pode ocorrer da seguinte maneira: “Se a essência do racismo está na negação da humanidade do negro, o gesto de assumir e valorizar a identidade negra constitui

⁶ NASCIMENTO, 2003, p. 35,36.

⁷ NASCIMENTO, 2003, p. 53.

diametralmente o seu oposto: a afirmação dessa humanidade. Os dois processos se revelam intrinsecamente distintos em caráter, conteúdo e grau”.⁸

Por isso dá-se a necessidade de criar condições para que os (as) negros (as) construam as suas autoestimas. Esse se torna um ato maior, na medida em que se refere ao autovalor atribuído a um povo como um todo, ainda que necessite ser pautado individualmente por cada sujeito em sua experiência de negritude.

A autoestima se torna assim um recurso para aplacar o racismo. É, necessariamente, um ato de poder, na verdade, um contrapoder hegemônico, instituído pelo negro empoderado. Para tanto, faz-se necessário desconstruir a supremacia branca que forja os ditos valores dados como universais.

É no dia a dia que vemos tais conceitos sendo desmantelados, porque, se o modelo de beleza, estética, inteligência e até mesmo de cultura, redundava no padrão branco, onde se encontram as possibilidades dos que não são desse jeito se identificarem? Em lugar nenhum. Portanto, não há democracia racial, não há possibilidades de direitos iguais, não existe espaço para aqueles que não se enquadram no padrão branco, e, em assim sendo, todo o restante, torna-se excluído, sem chances de ser aceito, de ter acesso e ascensão social.

Com tudo isso, como uma pessoa não-negra pode se autoestimar? Torna-se quase impossível que alguém ainda queira ser negro(a) num país que reza, em todos os sentidos, uma obrigatoriedade em ser branco, esbelto, alto, e, preferencialmente, ainda, com boa posição econômica. E aos outros? A esses talvez reste assistir televisão, ainda que também nela não serão contemplados, senão quando em exemplos de subserviência.

Esse tem sido um processo histórico no qual a luta dos negros passa a adquirir mais espaço para si, através dessa construção de uma identidade positivada. De acordo com Nascimento, “Ao longo da década de 1980, então, o mundo africano reconciliava-se com o legado de Negritude. Passou-se, como tendência geral, a reconhecer o papel

histórico do movimento na mobilização anticolonialista e sua parceria com o pan-africanismo”.⁹

Claro que não foram os brancos que despertaram para o descaso como vinham os negros sendo tratados. Como afirma Freire, “Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘conivência’ com o regime opressor”.¹⁰ Em outras palavras, quem rompe com a opressão é sempre o oprimido, que é quem se encontra no lugar da desigualdade. Tais desigualdades, sem dúvida, são fruto do racismo, que coloca sempre os negros e as negras no lugar de menor valor social, representados pela menor qualificação, por menos saber, por menores habilidades, por menos beleza e, enfim, na inferioridade.

É novamente Nascimento quem nos afirma: Além de operar desigualdades sociais, o racismo cumpre funções mais amplas de dominação com ideologia de hegemonia ocidental que transmite e reproduz o processo de desumanização dos povos dominados. Essa ideologia sofre mutações de acordo com as condições históricas, demonstrando-se flexível e extremamente sutil, atuando por meio de representações sociais em nível do subconsciente ou do imaginário social. “Não precisa ser explicitada em linguagem direta, pois se instala, mediante o processo de socialização, na representação do real internalizada pelos indivíduos”.¹¹ Sendo essa a representação real que o(a) negro(a) tem, aparecem na história brasileira atrelados à ideia de inferioridade, de feiúra, de incapacidade cognitiva outros desqualificadores como expostos acima. Esse tem sido o imaginário brasileiro, que atravessa a rua ao ver um negro na mesma calçada; que associa o sujo ou o mal limpo, ao resultado do trabalho de negros. Esse tem sido os resultados do preconceito que alimenta o imaginário do povo brasileiro, onde, observa-se que, conforme Nascimento,

⁹ NASCIMENTO, 2003, p. 55.

¹⁰ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 56.

¹¹ NASCIMENTO, 2003, p. 58.

⁸ NASCIMENTO, 2003, p. 54.

Evidencia-se nitidamente o paralelo entre esse processo de justificação das desigualdades raciais, tornando-as “naturais”, acompanhadas dos efeitos psicológicos das representações que embutem preconceitos, estereótipos, derivadas das teorias científicas de inferioridade congênita do africano ou do indígena e seus descendentes. O racismo se constitui e opera essencialmente da mesma forma que o sexismo, tanto no campo da discriminação, resultando em desigualdades sociais estatisticamente mensuráveis quanto no âmbito mais amplo, efetuando, de diversas maneiras, ora diretas,oras sutis, determinações e condicionamentos às possibilidades e às perspectivas de vida das pessoas e dos grupos humanos envolvidos.¹²

Essa tem sido apenas uma face da perversidade do racismo, que ceifa a possibilidade de um ser humano, que se encontre fora do padrão artificialmente criado e sustentado como sendo o valor universal, qual seja, o valor branco. A tal da supremacia branca, impede, através de sua imposição, que aqueles diferentes desse padrão possam obter sua humanidade. É, portanto, em função dessa desconstrução que precisa ser realizada uma revalorização do(s) sujeito(s) negros. Essa revalorização será em termos de conceituação do que é ser negro e do valor da negritude como possibilidade de existência. Nesse sentido é que se afirma a necessidade de a autoestima negra, passar por todo esse processo de consciência crítica diante de todas essas construções sociais preconceituosas e discriminadoras, a partir do que se nomeia discriminação positiva para o pertencimento racial.

Mas e o que vem a ser pertencimento racial, afinal de contas? Por que, quando se trata de pessoas não-negras, o tema raça não aparece, nem mesmo seu derivado pertencimento racial e identidade racial? A resposta é relativamente simples. Quando estamos diante da branquidade não se faz necessário afirmar o que já se apresenta, “naturalmente” afirmado. Neste caso, referimo-nos à supremacia branca.

Se a supremacia branca propõe o desconhecimento de qualquer outro tipo de existência que contrarie seu próprio estilo, isso significa que tentar ou, efetivamente, romper com

isso, é um ato político de extrema transformação social. É um ato de poder que se manifesta justamente na reivindicação de uma identidade. É justamente essa identidade que constituirá aquilo que aqui chamamos de autoestima socialmente construída, isso é, a aprendizagem dos valores negros até então oficialmente negados e que, apenas por força do movimento negro, assim como também de intelectuais negros, essa insurgência se faz presente.

Pertencimento racial, grosso modo, é a consciência de que a pessoa pertence a uma raça, sendo essa a sua condição de ser e de estar no mundo. Agora, aos brancos, não se atribui a referência de pertencimento racial, posto esse grupo encontrar-se num suposto lugar por eles próprios atribuído e fortemente defendido, de supremacia racial. A esse grupo, “superior”, não se atribui a categorização “raça”. Essa terminologia refere-se ao grupo considerado “inferior”. Portanto, raça, que o movimento negro atribui uma leitura político-social, passou ao longo da história da humanidade a ser uma referência aos povos considerados inferiores, quer sejam os negros, os indígenas ou qualquer outro que se diferencie do universal branco.

Essa consciência se dá naqueles que têm sido considerados diferentes, naqueles que têm estado excluídos das possibilidades de acesso as melhores condições sociais. Esse grupo diferenciado tem sido posto à margem dos direitos de acesso e é apenas invertendo essa possibilidade, ou seja, apenas a partir da consciência crítica do que representa ser negro(a) num país pautado pelo racismo, que essa condição poderá ser revertida.

É nesse sentido que a noção de pertencimento racial, baseada nessa consciência crítica, seja um ato eminentemente político, imprimindo uma mudança de direção no rumo dos acontecimentos. Pertencer é buscar a identidade negra. Pertencer é construir uma identidade negra diferenciada daquilo que sempre foi dito à respeito de ser negro. Pertencer é, por sua vez, um ato político, porque se apresenta na contramão, por assim dizer, da supremacia branca. A busca da identidade negra é romper com o *status quo* e com todos os valores considerados

¹² NASCIMENTO, 2003, p. 66.

como valores universais. Assim é que, como diz Nascimento,

A crítica ao patriarcalismo e ao etnocentrismo ocidentais, a partir da ação dos movimentos sociais, põe em cena, sob novas perspectivas, o tema da volição na construção de identidades. Esses movimentos suscitam um amplo questionamento daquela identidade forjada nas condições socioculturais da classe média branca que constituía o padrão endossado e cultivado pela sociedade ocidental.¹³

Pertencer é propor uma nova leitura às possibilidades de ser negro, encontrando fundamentalmente sua condição, primeiro, de humanidade, e, conseqüentemente, valorizando todas as condições de ser humano a que todos os humanos podem alcançar, qual seja, capacidade intelectual, habilidades culturais, e todas as capacidades para além das folclóricas, habilidades para o futebol, samba e carnaval, que foram socialmente construídas pelo poder hegemônico, como um delimitador social, demarcando até onde os(as) negros(as) poderiam estar.

Assim esse universo foi atribuído aos negros, ficando demarcado como único espaço social brasileiro a que esse coletivo pudesse acessar. Nesse sentido, quando negros e negras buscam outros jeitos de ser cidadãos, através de outras possibilidades em ser profissional e de relacionar-se socialmente, criando outros espaços de acesso, isso representa uma mudança política em busca da mobilidade social.

Tal tarefa, em hipótese alguma, é fácil. O racismo tem muitas facetas, sendo uma delas o racismo institucional, que busca jeitos de desfazer, descaracterizando todas as condições de pessoas negras demonstrarem suas habilidades profissionais. Esse racismo institucional tende a avaliar diferentemente e sempre com maior rigor, quando se trata de pessoas negras. Ele tende a maximizar seus erros e a minimizar seus acertos. Faz isso em função de uma predisposição preconceituosa, ao afirmar a falta de condições e de habilidades das pessoas negras, objetivando mantê-las no lugar de inferioridade. É dentro desse

imaginário diante das possibilidades negras, ou seja, diante do que representa socialmente ser negro em suas potencialidades, é que esse racismo institucional se configura, admitindo que, da parte de pessoas racialmente definidas, só podem advir incapacidades. Bosi considera que nossas ações como sujeito são ação e percepção, afirmando que “O repouso no estereótipo, nas explicações dadas pelo poder, conduz a uma capitulação da percepção e a um estreitamento do campo mental”.¹⁴ E, segue afirmando “A mudança de atitude exige uma reorientação intelectual, um rompimento com os vínculos sociais. É uma reestruturação da experiência passada. A mudança de atitude causa uma desordem nas relações sociais”.¹⁵

Conclusão

Valorizar o povo negro que sempre se encontrou no lugar da periferia é mais do que uma mudança de atitude; é valorizar a diversidade e respeitar a humanidade nas mais variadas formas que ela tem de se manifestar. Contudo, para isso, é preciso, sobretudo, abrir mão dos excessos e dos supérfluos, pensando no espaço de existência do outro.

A desigualdade racial está posta na raça como uma maneira de categorização entre os variados grupos. Entretanto, o fundamento dessa categorização nada mais é do que a defesa patrimonial. O contrário disso, a partilha, é que possibilita que a existência do diferente se manifeste, sendo, então, necessário que o compartilhamento entre esses se dê efetivamente.

A igualdade racial, pautada na democracia racial tão cantada e decantada, pode então ser viabilizada através de dois vieses. Um deles é o de que o poder branco até então hegemônico lance mão de parte do patrimônio material e imaterial da humanidade do qual se apoderou, partilhando-o também com os não-brancos. O outro é o de que os(as) negros(as) possam construir uma identidade racial socialmente positivada e que aprendam a empoderar-se, amando e valorizando sua origem,

¹⁴ BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.118.

¹⁵ BOSI, 2003, p. 121.

¹³ NASCIMENTO, 2003, p. 33.

assim como a cultura e aos os valores africanos, como marcadores dessa origem.

O primeiro dos vieses aqui apontados torna-se difícil, quase “divino”, posto que abrir mão de condições materiais em prol do outro é uma condição de abnegação e de amor ao próximo que possivelmente ainda não vimos na história da humanidade. O segundo é mais próprio de se realizar, pois basta que o trabalho de consciência crítica seja efetivado e que as pessoas negras comecem esse trabalho de romper com a convivência que muitas vezes tiveram para com o grupo dominante, e que passem a construir uma sociedade em que seus valores, seus atributos e enfim, que o sujeito negro possa se reerguer e, positivamente dizer: “Sim, nós podemos.

[Recebido em: novembro de 2010,
aceito em: março de 2011]